

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

224

APELAÇÃO CRIMINAL

COMARCA:

VARA:

APELANTE:

ADVOGADA:

APELADO:

RELATOR:

ÓRGÃO JULGADOR:

PROCURADORA:

Nº 0172765-7

RECIFE

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
E FAMILIAR CONTRA A MULHER

RAMILTON SOARES BARBOSA

DRA. PRISCILLA BARBOSA DE

REBOUÇAS FREITAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE
QUEIROZ (CONVOCADA)

EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL.
NEGATIVA DE AUTORIA. ABSOLVIÇÃO.
IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE DO DELITO E
AUTORIA DEMONSTRADA PELAS PROVAS COLHIDAS NA
INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE.
CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS EM PARTE
DESFAVORÁVEIS. AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA
SANÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REPRIMENDA
JUSTA E ADEQUADA À REEDUCAÇÃO DO APENADO.
SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
DECISÃO UNÂNIME.

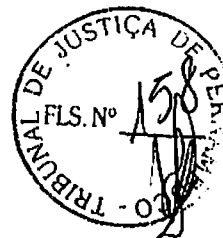
1. Estando demonstradas a materialidade do crime e a autoria do apelante pelas provas colhidas na instrução do feito deve ser mantida a condenação do acusado.

2. Sendo o apelante possuidor de circunstâncias judiciais que lhes são desfavoráveis está autorizada ao magistrado a fixação da pena-base acima do mínimo legal, afigurando-se justa e necessária a reprimenda imposta à reeducação do sentenciado, não merecendo reforma.

3. Recurso não provido. Sentença mantida. Decisão unânime.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



225

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0172765-7**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22.12.2009

Des. Presidente

Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



226

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0172765-7
COMARCA:	RECIFE
VARA:	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
APELANTE:	RAMILTON SOARES BARBOSA
ADVOGADA:	DRA. PRISCILLA BARBOSA DE REBOUÇAS FREITAS
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ (CONVOCADA)

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação proposto por **Ramilton Soares Barbosa** em face da sentença de fls. 118/123, pela qual foi condenado à pena de 07 (sete) meses de detenção, a qual foi substituída pelo benefício do *sursis* pelo prazo de 02 (dois) anos, em razão do crime tipificado no art. 129, § 9º¹, do CPB.

Narra a denúncia de fls. 02/05 que, em 08/10/2006, o apelante, mediante socos e pontapés, agrediu fisicamente sua companheira Irlen Carneiro da Silva, causando-lhe lesões corporais de natureza leve, descritas na perícia traumatológica de fl. 99.

Em suas razões recursais, fls. 126/128 pugna o apelante, alternativamente, pela sua absolvição, por entender que não há como

¹ Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



227

ser-lhe imputada a autoria do delito, e redução da pena imposta, haja vista ser primário e possuidor de bons antecedentes.

Às fls. 134/138, pede o Ministério Público pela manutenção da sentença impugnada em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls. 147/149, opinou pelo não provimento do recurso.

Em seguida, vieram-me conclusos para julgamento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, na forma do art. 610, *caput*², da Lei
Adjetiva Penal.

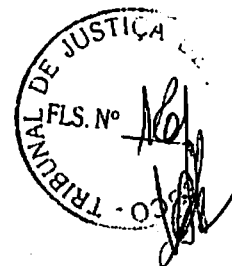
Recife, 22.12.2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

² Art. 610. Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de *habeas corpus*, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



228

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0172765-7
COMARCA:	RECIFE
VARA:	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
APELANTE:	RAMILTON SOARES BARBOSA
ADVOGADA:	DRA. PRISCILLA BARBOSA DE REBOUÇAS FREITAS
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ (CONVOCADA)

VOTO

A materialidade do crime está assentada no laudo de perícia traumatológica de fl. 99, onde restou constatada a presença de equimose rubra em face anterior do terço médio do antebraço esquerdo.

A autoria, por sua vez, não há como ser afastada. Senão vejamos.

É inconteste que na data descrita na peça acusatória houve uma discussão entre o apelante e a ofendida, que culminou com a quebra de vários objetos da casa e com lesões de natureza leve naquela.

O apelante confirma tais fatos em seu interrogatório (fls. 68/70) afirmando, ainda, que ele interrogando empurrou a vítima em duas oportunidades, quando esta pediu ajuda à polícia para chamar a atenção do acusado e, no segundo momento, depois de ser advertido pelos policiais, retomou a briga onde veio a quebrar o ventilador com um chute e derrubou coisas que estavam sobre os armários.

A vítima também aduz ter sido empurrada pelo acusado, como também que recebeu um tapa no braço (fl. 87), o que restou

af



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



229

demonstrado pela perícia traumatológica. As testemunhas de acusação inquiridas (fls. 88/90) também corroboram a versão narrada na inicial, inclusive, uma delas teria visualizado as marcas recentes da agressão (fls. 88).

A simples alegação de que a ofendida retomou a convivência com o apelante não é suficiente para afastar a condenação daquele, haja vista tratar-se de ação penal pública de natureza incondicionada na qual não é possível a desistência pelo Ministério Público ou retratação da vítima.

Verifica-se, portanto, que a autoria do apelante está sobejamente demonstrada pela prova coligida nos autos, impondo-se a condenação.

Pede, ainda, o recorrente pela diminuição da sanção imposta, contudo, apesar de primário e portador de bons antecedentes, nem todas as circunstâncias judiciais do fato lhe são favoráveis, pois, a conduta social do réu é reprovável, a personalidade é violenta, uma vez que não foi a primeira vez que agrediu a ofendida, enquanto os motivos do crime não o favorecem, na medida em que decorreu da bebedeira do acusado.

Assim, possuindo o acusado circunstâncias judiciais que lhes são desfavoráveis, como é a hipótese do feito, está autorizada ao magistrado a fixação da pena-base acima do mínimo legal. Desse modo, afigura-se justa e necessária a reprimenda imposta à reeducação do sentenciado, não merecendo reforma.

Com esses fundamentos, **voto pelo não provimento do Recurso**, mantendo-se o decreto condenatório de fls. 118/123.

Recife, 22.12.2009

Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator